



# E&N

## ECONOMIA & NEGÓCIOS

### Reforma da Previdência

Cerca de 120 mil servidores escapam das novas regras  
Pág. B3

### Driblando a crise

Marfrig retoma projeto de IPO da Keystone  
Pág. B10

**Mineração.** Governo do Pará deve autorizar nos próximos dias a operação de um projeto bilionário no Rio Xingu, mas a Funai afirma que não aprova o negócio porque há falhas nos estudos de impacto nas comunidades indígenas que vivem nas imediações

# Polêmica envolve exploração de ouro nas margens da usina de Belo Monte

André Borges | BRASÍLIA

O governo do Pará está prestes a autorizar o início da operação de um projeto bilionário para explorar ouro nas bordas da barragem da Hidrelétrica de Belo Monte, ignorando a conclusão de parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai), que não aprova o licenciamento da mineração por conta de falhas nos estudos de impacto às comunidades indígenas. Pessoas que acompanham o processo dizem que a autorização sairá nos próximos dias.

Para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará, órgão que é responsável pelo licenciamento do projeto, não há mais nada o que discutir sobre questões indígenas. A empresa canadense Belo Sun, dona do empreendimento batizado como Projeto Volta Grande, que pretende ser o "maior programa de exploração de ouro do Brasil", já teria apresentado ao governador do Pará, Simão Jatene, todos os dados relacionados ao assunto e discutido seus efeitos sobre o meio ambiente e as comunidades locais.

Não é o que diz, porém, a Funai. Questionado pelo Estado, o órgão federal reafirmou o posicionamento apontado por um relatório técnico que realizou no fim do ano passado, com base em informações apresentadas pela Belo Sun.

A conclusão é que o estudo que trata do licenciamento ambiental "foi considerado inapto à apresentação para as comunidades indígenas", por não atender a critérios básicos exigidos pela autarquia. A Funai afirma

## GARIMPO NA FLORESTA

● Investimento no projeto Volta Grande, da empresa canadense Belo Sun, deve ser de R\$ 1,2 bilhão. Secretaria do Meio Ambiente do Pará ignorou parecer contrário da Funai e governo do Estado quer a aprovação do projeto o mais rápido possível



que não há nem sequer "dados primários" sobre as duas terras indígenas mais próximas ao local onde se pretende extrair ouro, no município de Senador Jo-

sé Porfírio, na orla do Rio Xingu.

A despeito dos riscos e de impactos ao meio ambiente ou aos índios, o governo paraense está

de olho mesmo é nos números do projeto. A Belo Sun, controlada pelo grupo Forbes & Manhattan, um banco de capital privado que investe em projetos de

mineração mundo afora, promete injetar R\$ 1,2 bilhão na região. Com explosões de dinamites, tem planos de arrancar 4,6 mil quilos de ouro por ano do subsolo do Xingu. E isso durante duas décadas, o que coloca seu projeto no nível das maiores explorações de ouro do País, como a da mina subterrânea de Crixás, em Goiás, com produção anual de 6 toneladas.

Para se ter uma dimensão do projeto, dados oficiais dão conta de que, nos anos 80, foram retiradas do maior garimpo a céu aberto do mundo, Serra Pelada, no Pará, 30 toneladas de ouro.

**Contas.** O governo do Pará fez suas contas. Seriam 2.600 empregos diretos e arrecadação de R\$ 60 milhões por ano em royalties da mineração por 12 anos. Em impostos, os cálculos chegam a R\$ 132 milhões durante a fase de implantação e mais R\$ 55 milhões anuais quando a operação estiver a plena carga.

Os números não conseguem ofuscar, porém, a polêmica que gira em torno do projeto, que enfrenta resistências até da própria Norte Energia, concessionária que administra a Hidrelétrica de Belo Monte. Movimentos indígenas e ambientais, além de o Ministério Público Federal, criticam a proximidade da mineração, que prevê a remoção de nada menos que 37,80 milhões de toneladas de minério da área próxima à barragem de Belo Monte.

A mineração ocorreria abaixo do eixo da barragem, numa área conhecida como Volta Grande do Xingu. Por conta do acúmulo de água no reservatório da usina, esse trecho do rio, que tem aproximadamente 100 km de

extensão, passou a ficar permanentemente com uma vazão mínima de água. É justamente nessa área que vivem diversas comunidades indígenas. A preocupação é de que a exploração mineral possa potencializar ainda mais os problemas que essa região já enfrenta.

Por meio de nota, o secretário adjunto de gestão e regularidade ambiental do Pará, Thales Belo, afirmou que todas as comunidades indígenas da região vivem acima do raio de 10 quilômetros do projeto, parâmetro legal usado para estabelecer quando um empreendimento tem "impacto direto" sobre as terras indígenas. De acordo com o governo do Pará, as comunidades indígenas estão a 12 e 16 quilômetros do local de atuação da empresa.

A Belo Sun não respondeu ao pedido de entrevista. Em sua página na internet, com conteúdo apenas em inglês, a empresa convida investidores para entrar em negócio com "tremendous" potencial no Brasil. Há cinco anos, os canadenses tentam liberar a exploração. O projeto já conseguiu obter sua licença prévia da Semas, documento que garante a viabilidade ambiental da exploração. Em abril do ano passado, o governo do Pará chegou a anunciar uma cerimônia na qual a licença seria emitida. Porém, o anúncio foi adiado após alguns dias.



**NA WEB**  
Tensão. Projeto levantou debates polêmicos

[estadao.com.br/e/disputa](http://estadao.com.br/e/disputa)

## MPF vai questionar mais uma vez licenciamento

BRASÍLIA

O processo de licenciamento ambiental do projeto Volta Grande será mais uma vez questionado pelo Ministério Público

Federal (MPF) em Altamira e pela Defensoria Pública da União (DPU). Para o MPF, a etapa de esclarecimento e realizações de audiências públicas não foi cumprida, além de não ter

sido analisado o efeito sinérgico da mineração e da hidrelétrica de Belo Monte sobre a região. É o mesmo entendimento apresentado pela DPU.

"Vamos ajuizar uma ação na Justiça Federal de Altamira e pedir ao juiz que determine a paralisação do processo de licenciamento", diz Francisco de Assis Nóbrega, defensor público e secretário-geral da articulação

institucional da DPU.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará confirmou à reportagem que já recebeu todos os "documentos, programas e projetos que se entenderam necessários para a análise" do licenciamento da Belo Sun.

"Nós não temos como afirmar se todos os esclarecimen-

tos necessários foram feitos para a emissão de licença de instalação, até porque é um processo que ainda está sob análise técnica", declarou o secretário adjunto da Semas, Thales Belo. No dia 12 de janeiro, a secretaria realizou "oficinas com as comunidades" do município de Senador José Porfírio (PA) para "qualificar os programas e projetos que foram apresentados".

Por meio de nota, o Ministério do Meio Ambiente afirmou que "tem acompanhado o projeto Volta Grande, no Pará", mas não detalhou o que isso significa. Segundo o MMA, não é função sua ou do Ibama licenciar o projeto, porque "esse empreendimento não se enquadra nas hipóteses previstas de licenciamento do governo federal". /A.B.

## TCU veta repasse de verba para a Transnordestina

Obras estão repletas de irregularidades, segundo tribunal; ferrovia está atrasada e custo já está em R\$ 11,2 bilhões

BRASÍLIA

A construção da Ferrovia Transnordestina, uma das obras de infraestrutura mais atrasadas do Brasil, teve sua execução financeira paralisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A decisão do plenário da Corte de contas ontem determinou que a estatal Valec, que é sócia da concessionária Transnordestina Logística S.A (TLSA), paralise os repasse de recursos para a obra. A decisão também trava a transferência de dinheiro do BNDES e da BNDESPar,

empresa de participações do banco público. Foram impedidos ainda de novos pagamentos o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

A obra, de acordo com o TCU, de 1.753 quilômetros de comprimento prevista para interligar os Portos de Pecém (CE) e Suape (PE) e o município de Eliseu Martins (PI) está repleta de irregularidades. Segundo a unidade técnica do tribunal, um novo desembolso de cerca de R\$ 152 milhões do Finor já teria sido autorizado pelo Ministério da Integração Nacional, em novembro de 2016. "O problema na liberação desses recursos decorre do fato de que há sério descompasso entre os investimen-

tos e o cronograma físico-contábil", disse o ministro relator Walton Alencar Rodrigues.

Segundo o tribunal, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) relatou haver "dificuldade na obtenção das informações do projeto em execução e do custo real do empreendimento, o que bem evidencia a ausência de aprovação do projeto executivo atualizado e do orçamento" total da ferrovia, que hoje é estimado em R\$ 11,2 bilhões.

Em nota, a Transnordestina Logística disse ter "cumprido todos os requisitos técnicos de qualidade, atuando dentro dos padrões exigidos na obra de construção da ferrovia Transnordestina". A empresa informou que esclarecerá todas as questões apontadas pelo TCU e alegou que a gravidade da situação atual de atrasos nas obras é "reflexo da não realização de aportes públicos de acordo com o cronograma contratado, cenário que será agravado com essa medida do TCU".

**PENSAR SUECO É COMBINAR EFICIÊNCIA E POTÊNCIA A UMA EXPERIÊNCIA SUPERIOR.**

É pensar que você pode ter experiência máxima de direção com nova geração de motores Drive-E.

**VOLVO. MADE BY SWEDEN.**

REVISÃO PREÇO FIXO A PARTIR DE R\$ 949<sup>00</sup>

**VOLVO FOR ALL**  
VEÍCULOS ESPECIAIS PARA P40

**CONSULTE TAMBÉM BLINDADO**

**VOLVO XC60 MOMENTUM 2017**

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

Preço referente à 1ª revisão, que deve ser realizada com 10.000km ou 12 meses, o que ocorrer primeiro. Condição válida até 31/01/2017. A revisão contempla troca de óleo e filtro de óleo do motor e demais peças, conforme quilometragem especificada no manual de garantia e manutenção. Outros itens, cuja necessidade de reparo e/ou substituição seja detectada durante a inspeção da revisão, não estão incluídos. Saiba mais em [www.volvocars.com/br/conveniencia/aproveite-o-seu-volvo/plano-revisao](http://www.volvocars.com/br/conveniencia/aproveite-o-seu-volvo/plano-revisao). Consulte condições de blindagem na Intercar Vocal.

SÃO PAULO: RUA RIBEIRÃO CLARO, 230 ☎ 11 3047 2500  
AV. EUROPA, 862 ☎ 11 3065 5000  
CAMPINAS: AV. NORTE SUL, 2.550 ☎ 19 3751 4100

[www.intercarvocal.com.br](http://www.intercarvocal.com.br) [facebook.com/volvointercarvocal](https://www.facebook.com/volvointercarvocal)